

CURSO DE "INTRODUÇÃO À HISTÓRIA DA ÁFRICA" PARA PROFESSORES DE 1.º E 2.º GRAU

Carlos Moura
Assessor para Assuntos de
Cultura Afro-Brasileira
junto ao Ministério
da Cultura

Focalizarei uma experiência ocorrida na cidade de Brasília, que teve como objetivo instrumental professores de História e Organização Social e Política Brasileira de 1.º e 2.º grau da rede oficial, a respeito de História da África e de toda a problemática da Cultura Afro-Brasileira. Como assessor para assuntos da Cultura Afro-Brasileira do Ministério da Cultura fomos procurados pela Fundação Educacional do Distrito Federal para realizar um trabalho junto às escolas de 1.º e 2.º grau. Entretanto, na ocasião, fizemos ver à direção da Fundação a necessidade de se atuar, prioritariamente, junto aos professores.

Deste modo, elaboramos uma programação destinada a esses cursos de formação de professores que visava, basicamente, mostrar dentro do tópico "Introdução à História da África", como a história do continente africano foi escrita pelo colonizador, enfatizando o movimento atual que pretende reelaborar esta história do ponto de vista dos próprios africanos. Numa sociedade caracterizada pela dominação européia, como a brasileira, consideramos essencial

estudar o processo evolutivo das sociedades africanas sem perder de vista algumas diretrizes que reputamos básicas: a superação dos mitos hegelianos, que influenciaram enormemente a concepção vigente no continente europeu, de que o berço da civilização era a Ásia e de que a África não possuía história; a superação dos enfoques colonialistas ou neocolonialistas, segundo os quais a Europa, ao penetrar na África, deu a conhecer ao mundo um povo desconhecido; o reconhecimento da importância dos novos enfoques europeus sobre o mundo extra-europeu e que tornaram o conhecimento da África matéria relevante, além de informações sobre as discussões que se realizam, atualmente, sobre a busca de novos métodos e técnicas mais apropriadas à análise do continente africano. Nessas diretrizes, tivemos, também, a preocupação de não nos limitarmos às regiões e/ou povos da África ao Sul do Saara, mas de todo o continente africano, com todas as suas implicações e convergências, para que se possa ter um quadro real da África, no sentido de uma busca das nossas raízes, da nossa ancestralidade, dos nossos valores.

Portanto, o programa aborda numa primeira parte que denominamos "Debates historiográficos", a evolução historiográfica sobre a África no período colonial e pós-colonial, a nova historiografia sobre a África africana e não-africana, além de dois pontos polêmicos básicos: o primeiro, sobre as fontes históricas e o descobrimento africano da importância das tradições orais e, o segundo, sobre a África e o conceito de modo de produção. Esse conceito é fundamental porque, se pretendemos, através desses cursos, transformar a sociedade, temos que atacar o modo de produção para que possamos ter uma sociedade justa e democrática onde os atos e as relações sejam relações de trabalho onde não exista a primazia do capital.

A segunda parte do programa, que denominamos "Processos Históricos", aborda, dentro do período pré-colonial, as condições arqueológicas; os primeiros grupos humanos; as civilizações do Sudão, do sul e do norte da África; a redescoberta do Egito como uma civilização africana e produto de um processo civilizatório que teve suas raízes nas migrações internas; a arabização do norte da África e sua penetração no interior do continente; as áreas geoculturais na época medieval e no início dos tempos modernos; o tráfico de escravos árabes e europeus e suas conseqüências; as relações Brasil-África no antigo sistema colonial; os primeiros contatos coloniais e suas conseqüências para a formação do capitalismo europeu, para as sociedades africanas e para a América. Já no período colonial, que vai até mais ou menos 1950, são abordados o processo imperialista europeu; a partilha africana; a situação de Portugal no continente; as relações com as sociedades africanas autóctones; a articulação do capitalismo com os modos de produção locais; os aspectos ideológicos do colonialismo; as influências das guerras mundiais na África. Finalmente, no período pós-colonial, de 1950



até os dias de hoje, os elementos explicativos internos e externos da crise do colonialismo; o nacionalismo africano e a formação dos novos Estados; as relações com as ex-metrópoles, com os blocos asiáticos e latino-americanos; a concentração de poder dos estados africanos e as novas formas de dominação interna; a independência retardada da África africana; os dilemas do *apartheid*, da fome e do subdesenvolvimento.

Certamente temos enfrentado muitas dificuldades. Encontramos resistência dentro da própria Fundação Educacional do Distrito Federal, pois os departamentos não aceitam pacificamente essa proposta. Mas, a despeito de todas as dificuldades, os cursos estão sendo realizados e pretendemos intensificar a

experiência no decorrer de todo o próximo ano.

Atualmente, estamos nos empenhando em oficializar, seja através de decreto ou portaria, esses cursos, porque, como já dissemos, não há condições de se introduzir o ensino de História da África e da Cultura Afro-Brasileira nas escolas de 1º e 2º grau, sem que os professores estejam preparados para desenvolver a matéria. Isso não interessa ao Movimento Negro e a ninguém politicamente progressista, pois a abordagem da matéria, já agora em caráter obrigatório, certamente se faria através de uma perspectiva distorcida. A nossa luta, então, é no sentido de impedir a introdução imediata dessas matérias no currículo do 1º e 2º grau. Essa nossa decisão tem se apoiado basicamente na experiência da Bahia.